

Assunto: Corrêa fará aniversário na prisão

Veículo: Diário de Pernambuco

Data: 04/01/2014

Editoria: POLÍTICA

Seção:

## política

### mensalão



Reeducando está no Cotel desde o dia 28 de dezembro

# Corrêa fará aniversário na prisão

Ex-deputado não poderá receber benefício. Semana que vem será definido presídio onde ele ficará

ANDREA CANTARELLI  
Especial para o Diário

seja atendido é uma comprovação da residência perto do presídio requerido.

“Esse pedido da família é um direito de todo reeducando, desde que comprove os laços na cidade que deseja ficar. Se a família não formalizar, eu decidirei o local de permanência a depen-

**A**inda não está definido o local onde o ex-deputado e reeducando Pedro Corrêa passará seu aniversário, na próxima terça-feira. O juiz da 1ª Vara de Execuções Penais, Luiz Gomes da Rocha Neto, informou que até segunda ou terça-feira da semana que vem será determinado o local definitivo onde o preso cumprirá a pena de sete anos e dois meses por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no processo do mensalão.

O deputado teria solicitado passar a data do seu aniversário com a família, mas o juiz responsável pelo processo, Luiz Gomes, afirmou que não recebeu nenhum pedido dessa natureza. Ele informou que não existem condições técnicas e estruturais para que este tipo de requerimento seja atendido, principalmente por Corrêa ainda estar no Centro de Observação e Triagem Professor Everaldo Luna (Cotel), que não atende ao regime semiaberto nem utiliza tornozeleira eletrônica para controle.

“Essas saídas são atendidas em casos excepcionalíssimos, como a morte da mãe de um reeducando. Outros tipos de saída seguem um cronograma anual”, explicou Gomes, lem-

der de vários critérios”, esclareceu Gomes. Segundo ele, são avaliadas questões de superlotação dos presídios, questões disciplinares, condições de regime semiaberto, o processo e o endereço (deve ser próximo à propriedade familiar).

### Escolha

O filho de Pedro Corrêa, Fábio Corrêa disse que ainda não sabe o local escolhido pelo ex-deputado para cumprir a pena. “Quem vai decidir sobre esse assunto é o advogado junto com ele (Pedro Corrêa)”, resumiu. O advogado escolhido para ficar à frente do caso é Plínio Nunes. Ele disse que assumiu o caso ontem e ainda não teve acesso aos autos do processo. A escolha do local vai depender de alguns fatores como a carta de empregos, a proximidade da família e a questão da visitação. “Eu estive com ele no Cotel e só definiremos qualquer questão depois que eu estudar o processo e os termos definidos pelo Supremo”, concluiu. Sobre o aniversário de Pedro Corrêa, o novo advogado do caso negou qualquer pedido por parte do reeducando.

brando que seria necessária uma grande estrutura para um detento ser transportado com escolta para essas datas especiais, além do número de pedidos que teriam que ser administrados pelo sistema.

Pedro Corrêa está no Cotel desde 28 de dezembro. O presídio é a porta de entrada para realização de todas as triagens no estado. Depois será encaminhado para uma penitenciária que oferece regime semiaberto, como determinado em sua sentença. “Não posso mantê-lo na central de triagem e vou decidir o local do cumprimento da pena até a próxima semana”, frisou o juiz, que vai aguardar a família de Corrêa fazer um pedido formal solicitando a transferência dele para uma penitenciária mais próxima de um local onde a família tem residência fixa. A exigência para que o pedido do preso

“

**Essas saídas são atendidas em casos excepcionais, como a morte da mãe de um reeducando. Outros tipos de saída seguem um cronograma anual”**

---

**Luiz Gomes,**  
juiz responsável pelo processo

Assunto: Desembargadores Frederico Neves e Eurico Barros na posse de nova diretoria do Náutico

Veículo: Diário de Pernambuco

Data: 04/01/2014

Editoria: VIVER

Seção: João Alberto

**viver**

joãoalberto

NANDO CHIAPPETTA/DP/DA PRESS



O presidente Glauber Vasconcelos e seu vice Gustavo Ventura, ladeando os desembargadores Frederico Neves e Eurico Barros Filho na posse da nova diretoria do Náutico

Assunto: Dia D para juíza na corte do TJPE

Veículo: Diário de Pernambuco

Data: 05/01/2014

Editoria: VIDA URBANA

Seção:

## vida urbana

AGENCIA RODRIGO MOREIRA/ARQUIVO ASCOM TJPE



Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco irá analisar se abrirá ou não Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD) contra juíza

# Dia D para juíza na corte do TJPE

Desembargadores definirão se acatam denúncias sobre suposta facilitação para adoção em Olinda

A decisão de abrir ou não o Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD) contra a juíza titular da Vara da Infância e Juventude de Olinda, Andréa Calado, sobre a denúncia de um processo de adoção irregular de uma menina para um casal que mora nos Estados Unidos, deverá passar, às 10h desta segunda-feira, pelo crivo de 15 desembargadores da Corte Especial do Tribunal de Justiça do estado. Se o pedido de análise, encaminhado pelo corregedor-geral Frederico Neves, responsável pela investigação do caso, for acatado, a juíza poderá sofrer sanções que vão de advertência até a aposentadoria compulsória.

A magistrada é acusada de dar a guarda provisória a um casal, uma esteticista carioca e um piloto norte-americano, que não estava inscrito no Cadastro Nacional de Adoção, conforme determina a lei. Eles passaram na frente de 37 casais da lista de espera. Em paralelo, novos supostos equívocos, considerados tão graves quanto, colocam novamente em xeque as decisões da juíza. A nova promotora da Infância e Juventude de Olinda, Márcia Balazeiro, que assumiu em novembro de 2013, encaminhou a corte um agravo de instrumento pedindo a revogação de supostas irregularidades na adoção de duas irmãs, uma de 10 anos e outra de 3 anos.

Na sessão desta segunda-feira, o



RICARDO FERNANDES/DP/DA PRESS



FACEBOOK.COM/REPRODUÇÃO DA INTERNET

**Corregedor-geral Frederico Neves acatou denúncias feitas pelo MPPE e redigiu relatório sobre o caso da suposta facilitação no processo de adoção para casal que mora nos Estados Unidos**

corregedor-geral, Frederico Neves, irá ler o relatório final sobre o primeiro caso. As denúncias feitas inicialmente pelo Ministério Público foram acatadas por ele, no ano passado. Além da facilitação na adoção da menina M.A. pesam contra a juíza Andréa Calado acusações de assédio moral e coação de servidores da Vara, onde ela atua há cerca de um ano, falsidade ideológica, atrasos em três decisões judiciais para satisfazer interesses pessoais e a denúncia de liberar a presença de policiais militares que fazem parte de sua escolta pessoal na sala de audiências.

Após a leitura do parecer, os desembargadores irão decidir se abrem ou não o procedimento.

Se o pedido for deferido, testemunhas de defesa e acusação voltam a ser ouvidas. Cada parte pode convocar até oito pessoas. Após o interrogatório da magistrada, os desembargadores podem votar possíveis sanções. O Diário procurou o Tribunal de Justiça, mas nem o órgão nem a juíza Andréa Calado se pronunciaram. Já a corregedoria informou que o caso corre em segredo de Justiça e que também não pode se pronunciar antes da sessão.

A adoção da menina M.A. pivô de todo o escândalo, foi concluída em dezembro do ano passado, quando a Vara da Infância e Juventude do município concedeu a um novo casal o direito de ficar defi-

nitivamente com ela. Eles vivem em Olinda. Antes disso, a menina chegou a ficar por três meses com o primeiro casal também em Olinda, mas foi devolvida depois que as denúncias vieram a público, no final de agosto, com exclusividade pelo Diário de Pernambuco. No processo de guarda provisória há denúncia de tráfico de influência em função do casal que mora nos Estados Unidos ter amizade com a filha do presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco, Giovana Uchoa. Ela já responde por falsidade ideológica, crime também relacionado ao casal, por terem batizado a menina na Paróquia de São José, em Casa Caiada, com nome e sobrenome falsos.

TJPE.COM/REPRODUÇÃO DA INTERNET



Novas denúncias foram feitas contra Andréa Calado

### + saibamais

#### Relembre o caso

##### 27 de agosto de 2013

Diário revela que a juíza da Vara da Infância e Juventude de Olinda, Andréa Calado, é investigada pela Corregedoria Geral de Justiça por irregularidades na concessão da guarda provisória de uma criança. O casal beneficiado não fazia parte do Cadastro Nacional de Adoção, como exige a lei

##### 28 de agosto

Corregedoria determina que um juiz corregedor auxiliar realize inspeção na Vara para apresentar relatório em dez dias. Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário denuncia pressão e assédio moral sofridos pela equipe técnica da Vara

##### 29 de agosto

Diário revela que a criança pode voltar ao abrigo em Olinda, após decisão do desembargador Itabora de Brito Filho, da 1ª Câmara Cível do TJPE, a pedido do Ministério Público

##### 30 de agosto

MPPE denuncia indícios de tráfico de influência no processo de adoção da criança, envolvendo a advogada Giovana Uchoa, filha do presidente da Assembleia Legislativa, e a assessora da juíza Andréa Calado, Cristiana Wanderley

##### 3 de setembro

Casal decide entregar a menina à Justiça. A esteticista carioca afirma que estava tomando a atitude diante da repercussão do fato. Com a devolução, a juíza Andréa Calado determina que a criança seja inserida no Cadastro Nacional de Adoção

##### 5 de setembro

Diário revela que, no suposto tráfico de influência, Giovana Uchoa teria contado com aliados (um médico e um advogado) lotados na Assembleia. Mostrou também que o casal chegou a morar numa residência pertencente ao presidente da Casa

##### 6 de setembro

Juíza Andréa Calado concede entrevista ao Diário e afirma que não houve tráfico de influência. Diz ainda que só soube posteriormente que uma das amigas da pretendente à adoção se tratava de Giovana, filha do presidente da Assembleia

##### 18 de setembro

Procuradoria Geral de Justiça recebe pedido de investigação de tráfico de influência praticado pelo presidente da Assembleia Legislativa no processo de adoção da criança M.A.

##### 24 de setembro

CPI de Tráfico de Pessoas no Brasil decide investigar irregularidades no processo de adoção da criança. Serão convocadas a prestar depoimento a juíza Andréa Calado, a promotora Henriqueta de Belli, Giovana Uchoa, entre outros envolvidos

# Outro caso envolve magistrada

Outro caso coloca em xeque as decisões da juíza Andréa Calado. Desta vez, os supostos equívocos estão na adoção de duas irmãs, uma de dez anos e outra de três, por um casal com residência em Jundiá, em São Paulo. Cerca de um mês após a concessão da guarda, elas foram separadas, prática excepcional, autorizada apenas nos casos de comprovada existência de risco de abuso. Diante do caso, a promotora da Infância e Juventude de Olinda, Márcia Balazei-

ro, encaminhou à Corte do Tribunal de Justiça um agravo de instrumento solicitando a revogação da guarda de uma das meninas que continua com o casal, além de pedir autorização para que elas sejam novamente colocadas à adoção para casais interessados nas duas. Ontem, o **Diário** teve acesso ao documento.

Devidamente inscritos no Cadastro Nacional de Adoção, o casal conseguiu a guarda provisória no dia 9 de outubro e iniciou o

estágio de convivência em Olinda. Após um período, eles tiveram autorização de viagem para levá-las a São Paulo. No dia 1º de novembro, a equipe da Vara Privativa da Infância e Juventude de Olinda contactou o casal, que teria informado que pretendia devolver a irmã mais velha, mas insistia na adoção da outra. Cinco dias depois, houve uma audiência em que as garotas disseram, segundo o agravo, não querer permanecer com o casal.

Apesar do parecer da equipe concluir que o casal não estaria preparado para continuar com as irmãs, a juíza Andréa Calado autorizou a separação. Atualmente, a criança de três anos está com o casal em São Paulo, enquanto a irmã foi devolvida ao abrigo. Pela lei, a adoção conjunta de irmãs é considerada prioridade porque acredita-se que o desmembramento pode acarretar em sofrimento, que se soma ao comprometimento emocional decorrente do aban-

dono familiar.

Na justificativa do agravo, a promotora diz que a juíza teria decidido de maneira equivocada e até contraditória porque o casal demonstrou não "ser compatível com o perfil das crianças, considerando estar alheio ao atendimento de suas necessidades afetivas". A reportagem tentou entrar em contato com a juíza Andréa Calado. Ela informou, por meio da Assessoria de Imprensa do Tribunal de Justiça, que não iria se pronunciar.

## 27 de setembro

Corregedoria Geral de Justiça acata denúncias apuradas pelo juiz corregedor auxiliar, José André Barbosa, e dá prazo de 15 dias para a defesa prévia da magistrada

## 6 de janeiro de 2014

Desembargadores da Corte Especial do Tribunal de Justiça irão decidir se abrem ou não Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD) contra a juíza Andréa Calado. Em dezembro, o corregedor-geral, Frederico Neves, encaminhou à Corte parecer final sobre a investigação e solicitou análise dos desembargadores

Assunto: Juiz decide até amanhã para qual presídio Pedro Corrêa será transferido	
Veículo: Jornal do Commercio	Data: 05/01/2014
Editoria:	Seção:

## capa dois

### Juiz decide até amanhã para qual presídio Pedro Corrêa será transferido

O ex-deputado federal Pedro Corrêa, condenado no julgamento do mensalão, está com os dias de prisão contados no Centro Operação e Triagem Professor Everardo Luna (Cotel), em Abreu e Lima. O juiz da 1ª Vara de Execuções Penais, Luiz Gomes da Rocha Neto, confirmou que decide até amanhã – coincidentemente a data de aniversário de Corrêa – qual a penitenciária onde o reeducando cumprirá a pena de sete anos e dois meses. “No mais tardar na terça (7), pois não tem mais cabimento ele estar no Cotel. Acontecerá com ou sem pedido da parte do reeducando”, afirmou o magistrado. O novo advogado de Corrêa, Plínio Nunes, que assumiu o caso na última sexta-feira (3), só poderá protocolar pedido de transferência a partir de hoje.

Assunto: Vitrais	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 05/01/2014
Editoria: AURORA	Seção:

**aurora**



***Tribunal de Justiça de Pernambuco***

Vitral de Heinrich Moser, produzido em 1930. Representa a abertura do primeiro parlamento democrático da América, comandada pelo Conde Maurício de Nassau  
*Praça da República, S/N - Santo Antônio.*  
*Segunda à sexta, das 8h às 19h30*  
*F. 3419.3311*

Assunto: O novo ano no judiciário	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 05/01/2014
Editoria: OPINIÃO	Seção:

## opinião

# O novo ano no Judiciário

**LÁZARO GUIMARÃES**  
MAGISTRADO  
jjaz@uol.com.br

**O** destaque maior neste 2014 no âmbito do Poder Judiciário será a renovação nas mesas diretoras do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Na corte constitucional, pelo sistema de rodízio por antiguidade, assumirá a presidência, em novembro, o ministro Ricardo Levandowski, carioca de nascimento, 65 anos, formado em Direito em São Bernardo do Campo/SP, mestre e doutor pela Universidade de São Paulo, antigo desembargador do TJSP. Será vice-presidente a ministra Carmen Lúcia, mineira, graduada e mestre pela Universidade Federal de Minas Gerais.

No Superior Tribunal de Justiça, pelo mesmo critério, será presidente, a partir de outubro, o ministro Francisco Fal-

cão, pernambucano, 62 anos, formado na Faculdade de Direito da UFPE, antigo desembargador do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, onde exerceu a presidência, e atual Corregedor Nacional de Justiça. Terá também como vice-presidente uma mulher, a ministra Fátima Nancy Andrighi, gaúcha, oriunda do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, hoje acumulando as funções de ministra do Tribunal Superior Eleitoral.

O STJ, que já apresenta duas vagas, ambas decorrentes da aposentadoria de ministros baianos e juizes federais de carreira, Castro Meira e Eliana Calmon, terá mais três passagens para inatividade compulsória na mesma classe, com os ministros Arnaldo Esteves, em julho, Gilson Dipp e Ari Pargendler, em outubro. Todos torcemos pelo acesso ao mais alto tribunal da Federação do desembargador Luiz Alberto Gurgel de Farias,

que hoje consta de lista tríplice sob apreciação no Palácio do Planalto. Na classe de desembargadores estaduais, sairá o ministro Sidnei Benetti, em agosto. A presidente da República, Dilma Rousseff, terá, pois, a preencher seis dos 33 cargos de ministro do Superior Tribunal de Justiça, numa renovação de 19,8%.

Em Pernambuco, assumirá, já neste início de ano, a presidência do Tribunal de Justiça o desembargador Frederico Neves, magistrado do mais elevado conceito, atual corregedor, destacado professor da UNICAP, autor de importantes obras na área do Direito Processual Civil.

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região, sediado em Recife, sofrerá uma perda inestimável, no final de março, com a aposentadoria da desembargadora Margarida Cantarelli, uma intelectual de elevado gabarito, integrante da Academia

Pernambucana de Letras, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco. A vaga será preenchida a partir de lista sêxtupla a ser organizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, reduzida a lista tríplice pelo TRF5 e submetida a decisão final pela Presidente da República.

No campo jurisdicional, restam com apelo midiático a AP470, o chamado "mensalão", para conclusão dos embargos infringentes e embargos de declaração, e mais, já constantes de manchetes dos jornais, os processos relativos à acusação de corrupção política em Minas Gerais, na gestão do ex-governador Eduardo Azeredo, e de desvios na licitação de trens pelo Governo do Estado de São Paulo. Como se vê, a Copa do Mundo, de junho-julho, e as eleições de outubro-novembro não irão eclipsar os eventos que irão marcar as atividades judiciárias.



Assunto: Aniversariantes de hoje	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 05/01/2014
Editoria: VIVER	Seção: João Alberto

**viver**

joãoalberto

**ANIVERSARIANTES DE HOJE**

Auristela Cavalcanti,  
Bartolomeu Bueno Moraes,  
Carmem Lúcia Lemos,  
Fortunato Russo Sobrinho,  
George Braga, Joca Souza  
Leão, Manoel Araújo, Marilda  
Galvão de Andrade Lima, Pedro  
Paulo e Vera Lúcia Ferreira.

Assunto: Seiva Azul	
Veículo: Folha de Pernambuco	Data: 04/01/2014
Editoria: PROGRAMA	Seção: PERSONA



## SEIVA AZUL

A saudação do decano Jones Figueirêdo na posse funcional dos novos desembargadores do TJ, Odilon Oliveira, Itamar Pereira Jr. e Rafael Machado, foi um relato poético da jornada de magistratura de cada um deles. Figueirêdo lembrou que Itamar começou a carreira em Santa Maria da Boa Vista sucedendo Frederico Neves: “Esteve bebendo a seiva do azul das lições deixadas nos autos dos processos pelo mestre, que agora assume a presidência da Corte, ao tempo em que ele próprio chega ao tribunal, em sincronia dos tempos”. A posse solene deverá ocorrer dia 15.

Assunto: <b>Desembargador Mauro Alencar e esposa</b>	
Veículo: Folha de Pernambuco	Data: 05/01/2014
Editoria: PROGRAMA	Seção: PERSONA

2 QUINTA-FEIRA ■ Recife, 18 de julho de 2013

# PERSONA



Roberta  
Jungmann

Colaboração de  
ROMERO RAFAEL

Laila Santana



**Cláudia** e o marido, o desembargador **Mauro Alencar**, longe dos tribunais, só curtindo noite de festa animada

Assunto: <b>A coluna canta parabéns hoje</b>	
Veículo: Folha de Pernambuco	Data: 05/01/2014
Editoria: PROGRAMA	Seção: PERSONA



**A coluna canta parabéns hoje** para Joca Souza Leão, Aranildo Rodrigues de Lima, Fortunato Russo Sobrinho, Shelka Marques Vieira, Fábio Zaidan, Auristela Cavalcanti, Vera Lúcia Ferreira, Marilda Galvão de Andrade, Ana Dacia, Pedro Paulo, Aldemar Paiva Filho e o des. Bartolomeu Bueno.

Assunto: <b>Lentes da justiça</b>	
Veículo: Jornal do Commercio	Data: 06/01/2014
Editoria: CADERNO C	Seção: DIA A DIA

## caderno C

### Lentes da justiça

O desembargador Itamar Pereira Júnior usou óculos que pertenceram ao seu pai, na ocasião da sua posse funcional no Tribunal de Justiça de Pernambuco. O decano Jones Figueirêdo foi quem saudou em nome da Corte os novos integrantes do TJPE, salientando que, por meio daquelas lentes, o saudoso amigo tinha uma visão irretocável da justiça. Também foram empossados Odilon Oliveira e Rafael Machado.

Assunto: Caso Andréa Calado – TJPE avalia juíza de adoção irregular	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 06/01/2014
Editoria:	Seção:

**DIÁRIO** de PERNAMBUCO

# TJPE AVALIA JUÍZA DE ADOÇÃO IRREGULAR

*Os quinze desembargadores da Corte do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) se reúnem hoje, às 10h, para avaliar a situação da juíza Andréa Calado, acusada pela Corregedoria Geral de beneficiar um casal em um caso de adoção na Vara da Infância e Juventude de Olinda. A punição mais grave seria a aposentadoria compulsória com vencimentos. VIDA URBANA 02*

Assunto: Caso Andréa Calado – TJPE avalia juíza de adoção irregular

Veículo: Diário de Pernambuco

Data: 06/01/2014

Editoria:

Seção:

# vida urbana

AGENCIA RODRIGO MOREIRA/ARQUIVO ASCOM TJPE



## Futuro de juíza definido hoje

**Corte do TJPE decidirá se abrirá ou não Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra Andréa Calado**

O destino da juíza titular da Vara da Infância e Juventude de Olinda, Andréa Calado, poderá ser selado a partir das 10h de hoje pela Corte do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Investigada em um processo de adoção irregular de uma menina para um casal que mora nos Estados Unidos, a magistrada poderá sofrer sanções caso o TJPE decida instaurar um Procedimento Administrati-

vo Disciplinar (PAD).

A abertura do PAD será analisada por 15 desembargadores. O pedido de análise foi encaminhado pelo corregedor-geral Frederico Neves, responsável pela investigação do caso e, se for acatado pelo pleno, poderá punir a juíza com sanções. Ela atua na Vara da Infância e Juventude de Olinda há cerca de um ano.

Andréa Calado é acusada de conceder a guarda provisória a um casal, uma esteticista carioca e um piloto norte-americano, que não estava inscrito no Cadastro Nacional de Adoção, conforme determina a lei brasileira. A denúncia, feita com exclusividade pelo Diário de Per-

nambuco, em agosto do ano passado, apontou que o casal foi beneficiado pela magistrada passando na frente de outros 37 que estavam na lista de espera.

Além disso, novos supostos equívocos em outro processo de adoção, considerados tão graves quanto o anterior, colocam novamente em xeque as decisões da juíza Andréa Calado.

A nova promotora da Infância e Juventude de Olinda, Márcia Balazeiro, que assumiu em novembro de 2013, encaminhou à corte um agravo de instrumento pedindo a revogação no processo de adoção de duas irmãs, uma de 10 anos e outra de 3 anos, para um casal que

mora em São Paulo.

As irmãs teriam sido adotadas por uma família de Jundiá (SP). Cerca de um mês após a concessão da guarda, o casal resolveu desistir da irmã mais velha. A juíza aceitou. Essa prática, considerada excepcional, é autorizada apenas nos casos de comprovada existência de risco de abuso. Diante do caso, a promotora Márcia Balazeiro encaminhou à Corte do TJPE um agravo de instrumento solicitando a revogação da guarda da menina que continua com o casal, além de pedir autorização para que elas sejam novamente colocadas à adoção para casais interessados nas duas.

## Aposentadoria compulsória

Caso o pleno do Tribunal de Justiça de Pernambuco decida pela abertura do Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD) testemunhas de defesa e acusação voltarão a ser ouvidas. Cada parte poderá convocar até oito pessoas e, após o interrogatório da magistrada, os desembargadores podem votar possíveis sanções, sendo a mais grave a aposentadoria compulsória com vencimentos.

Na sessão de hoje, o corregedor-geral Frederico Neves irá ler o relatório final

sobre as supostas irregularidades encontradas no processo da menina M.A. As denúncias iniciais feitas pelo Ministério Público e acatadas por ele, em 2013, apontam que, além da suposta facilitação na adoção da criança, Andréa Calado é acusada de assédio moral e coação de servidores da Vara, falsidade

ideológica, atrasos em três decisões judiciais para satisfazer interesses pessoais e, ainda, a denúncia de liberar a presença de policiais militares que fazem parte de sua escolta pessoal na sala de audiências.

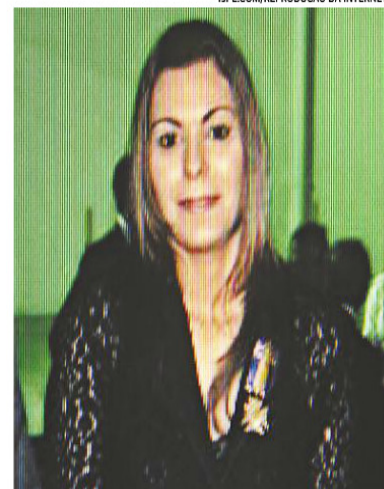
O casal supostamente beneficiado entregou a criança após a repercussão do caso. A esteticista carioca e o piloto norte-americano tinham relação de amizade com a filha do presidente da Assembleia Legislativa do estado, Giova-

na Uchoa, que também está respondendo processo por falsidade ideológica, já que a criança chegou a ser batizada com nome e sobrenomes falsos. O TJPE e a juíza Andréa Calado não se pronunciaram sobre a sessão. A corregedoria informou que o caso corre em segredo de Justiça.

**Juíza também é acusada de assédio moral na Vara de Olinda**

**Desembargadores decidirão se acatam denúncia de suposto favorecimento em caso de adoção em Olinda**

TJPE.COM/REPRODUÇÃO DA INTERNET



Andréa Calado não quis se pronunciar sobre a sessão

Assunto: Mesmo aumentando os julgamentos, TJPE ficou abaixo da média nacional	
Veículo: JC Online	Data: 29/12/2013
Editoria:	Seção:

## **jornal do commercio**

### **Mesmo aumentando os julgamentos, TJPE ficou abaixo da média nacional**

*Na corrida para cumprir a Meta 18, Tribunal de Pernambuco obteve em 2013 a média 40,86%. A média geral foi de 53,73%*

Apesar de ter aumentado este ano o número de processos julgados dentro da Meta 18, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) ficou abaixo da média nacional no ranking de cumprimento. Segundo informações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a instância pernambucana possui 3.404 “processos alvo”, dos quais 1.391 foram apreciados, ou seja 40,86%, enquanto que a média geral foi 53,73%.

Entre 36 tribunais (incluindo os estaduais, regionais, militares e o Superior Tribunal de Justiça), Pernambuco apresentou o sétimo pior desempenho, na frente apenas de Minas Gerais (40,25%), Pará (31,47%), Paraná (25,50%), Amazonas (20,12%), Bahia (10,29%) e Piauí (8,33%).

O Tribunal de Justiça Militar de São Paulo (TJMSP) teve o melhor aproveitamento (98,10%), julgando 309 dos 315 “processos alvo”.

Em nota divulgada pela assessoria de imprensa, o TJPE justificou que, apesar de, percentualmente, estar “em uma posição não tão satisfatória” em números absolutos é o oitavo tribunal estadual que mais julgou ações este ano.

O órgão planeja realizar um mutirão com o objetivo de agilizar o andamento e o julgamento dos processos incluídos na Meta 18, cuja data ainda não foi definida.

Como nenhum tribunal conseguiu julgar todos os processos, no mês passado, em encontro nacional do Judiciário, o CNJ anunciou a ampliação do prazo da meta, pactuada no fim do ano passado. Com isso, em 2014, os tribunais terão de concluir o julgamento dos processos distribuídos até o final de 2011 e avançar na apreciação de ações que ingressaram no decorrer de 2012.

Ao todo, no Brasil, há 114.252 processos englobados na Meta 18, tendo sido julgados 61.390 em 2012 e 2013, restando ainda 52.862.



Assunto: Caruaru - Mais dois vereadores são liberados	
Veículo: JC Online	Data: 29/12/2013
Editoria:	Seção:

## **jornal do commercio**

### **Caruaru: mais dois vereadores são liberados**

*Deixaram o presídio os vereadores Eduardo Cantarelli (PMDB) e Pastor Jadiel (PROS)*

Os dois últimos vereadores de Caruaru que continuavam presos na Penitenciária Juiz Plácido de Souza – Jadiel Nascimento (Pastor Jadiel), do PROS, e Eduardo Cantarelli (SDD) – foram liberados ontem à noite. O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) concedeu habeas corpus para os livrar da cadeia.

Eduardo Cantarelli e Pastor Jadiel integram o grupo de dez vereadores presos pela Polícia Civil durante a Operação Ponto Final, no último dia 18. A investigação policial – ainda em curso – apontou que os legisladores cobravam propina e vantagens indevidas do prefeito José Queiroz (PDT) para aprovar projetos de interesse do Executivo municipal.

Entre as matérias aprovadas, está o pedido de empréstimo da Prefeitura de Caruaru à Caixa Econômica Federal (CEF), no valor de R\$ 250 milhões, para implantação do sistema de BRT (Bus Rapid Transit) no município.

Os vereadores Eduardo Cantarelli e Pastor Jadiel deixaram o presídio sem falar com a imprensa.

Todos os dez vereadores presos durante a operação já foram soltos após habeas corpus. Desde a última terça-feira (24), eles começaram a deixar a penitenciária. Naquele dia, foram liberados Sivaldo Oliveira (PP), Louro do Juá (SDD), Neto (PMN), Val das Rendeiras (PROS), Jajá (PPS) e Evandro Silva (PMDB).

No dia seguinte, foi a vez de os vereadores Cecílio Pedro (PTB) e Val (DEM) serem liberados do presídio. Ambos tiveram que pagar uma fiança, arbitrada pela Justiça, no valor de R\$ 2,5 mil, pelo flagrante feito pela Polícia Civil por porte ilegal de armas. O advogado Marcílio Cumaru, que defende o vereador Eduardo Cantarelli, informou que os dez vereadores presos devem convocar uma entrevista coletiva no início da próxima semana. “Vamos nos reunir porque são vários advogados e dez clientes com interesses comuns. Existe ainda a possibilidade de a coletiva ser Recife”, informou o defensor.

Assunto: Vereadores de Caruaru com mandatos em risco	
Veículo: JC Online	Data: 29/12/2013
Editoria:	Seção:

## **jornal do commercio**

### **Vereadores de Caruaru com mandatos em risco**

Presidente da Câmara afirma que encaminhará à Comissão de Ética pedido de abertura de processo contra políticos presos

O presidente da Câmara Municipal de Caruaru, vereador Leonardo Chaves (PSD), confirmou ontem que vai encaminhar à Comissão de Ética da Casa o pedido de abertura do processo de cassação dos mandatos contra os dez vereadores presos na semana passada na Operação Ponto Final da Polícia Civil. O grupo é acusado de cobrar propina que chega a R\$ 2 milhões e vantagens para aprovar projeto um projeto do Executivo na Casa Legislativa.

Após negar num primeiro momento, o presidente acatou a recomendação do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) pedindo a abertura de procedimento para cassar os vereadores. “Vamos abrir o processo. Porém, o nosso regimento interno prevê que só pode ser cassado após condenado transitado em julgado”, ponderou Leonardo Chaves. O presidente da Comissão de Ética da Câmara é o vereador Ricardo Liberato (PSC). Por decisão da Justiça da Vara da Fazenda Pública, os dez políticos estão afastados por 180 dias das atividades parlamentares, ainda que todos tenham sido liberados nos últimos três dias, após conseguir habeas corpus. No dia seguinte à prisão, que ocorreu no último dia 18, os suplentes dos dez vereadores foram empossados pelo presidente da Casa.

Os promotores responsáveis pela ação cautelar preparatória para a ação de improbidade administrativa são Bianca Stella e Mavíael Souza. Além de o MPPE recomendar a abertura do processo de cassação, foi orientado ao presidente da Câmara que anulasse a votação da sessão legislativa, que aprovou o empréstimo de R\$ 250 milhões para a construção do BRT (Bus Rapid Transport) na cidade.

Os legisladores que estão envolvidos na operação são os governistas Sivaldo Oliveira (PP), Cecílio Pedro (PTB), Val das Rendeiras (PROS) e Pastor Jadiel (PROS) e seis da oposição – Val (DEM), Louro do Juá (SDD), Eduardo Cantarelli (SDD), Jajá (PPS), Neto (PMN) e Evandro Silva (PMDB).

Assunto: Pedro Correa sem presídio para cumprir pena definido	
Veículo: JC Online	Data: 28/12/2013
Editoria:	Seção:

## jornal do commercio

### **Pedro Corrêa sem presídio para cumprir pena definido**

*Ex-deputado chega ao Recife, faz exame no IML e dorme no Cotel. Justiça não define qual penitenciária pernambucano ficará preso*



O ex-deputado federal Pedro Corrêa (PP), condenado no processo do mensalão a sete anos e dois meses de prisão por crime de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, desembarcou ontem em Pernambuco – transferido do Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília, onde estava detido há cerca de 20 dias –, mas ainda não foi definida a unidade prisional do Estado onde ele continuará a cumprir a pena. Por enquanto, o ex-parlamentar ficará no Centro de Triagem (Cotel), em Abreu e Lima, local onde passou a noite de ontem.

Inicialmente, a Secretaria Executiva de Ressocialização do Estado (Seres) divulgou que Corrêa seguiria para a Penitenciária Agroindustrial São João, em Itamaracá, destinada a detentos em regime semiaberto, caso do ex-deputado. Entretanto, na noite de ontem, a assessoria de imprensa da Seres informou que a documentação encaminhada pela unidade prisional de Brasília não determinava onde ele deveria ficar. Portanto, foi encaminhado à 1ª Vara de Execução Penal do Estado um requerimento para que seja definido o local de cumprimento da pena. Desde o último dia 24, o Poder Judiciário pernambucano está em recesso forense, funcionando em regime de plantão.

O Departamento Penitenciário Nacional (Depen), órgão vinculado ao Ministério da Justiça, fez o traslado do ex-deputado para Pernambuco e recebeu o apoio da Polícia Federal (PF). Antes de seguir para o Cotel, Corrêa passou por exame de corpo de delito no Instituto de Medicina Legal (IML).

Segundo a Seres, Corrêa só poderá sair da unidade prisional em duas situações: por salvo conduto, que são 35 dias por ano, divididos em cinco períodos de sete dias; ou para trabalho externo, caso receba autorização do Poder Judiciário. Nesses casos, em geral, o prisioneiro sai às 7h e retorna às 17h.

O ex-deputado havia pedido para cumprir pena na cadeia pública de Jataúba, no Agreste, mas a solicitação foi indeferida na última quinta-feira (26) pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa. A Justiça também não autorizou que ele trabalhasse no posto de Saúde da Família de Santa Cruz do Capibaribe, a 10 quilômetros de Jataúba.

Médico formado pela Universidade Federal de Pernambuco, Corrêa continuou atuando como radiologista após sua aposentadoria. Com 28 anos dedicados à política, exerceu o cargo de deputado federal durante 22 anos.

De acordo com a assessoria do Conselho de Medicina de Pernambuco (Cremepe), a única exigência para um médico atuar no Estado, mesmo aposentado, é ter um registro do Conselho Regional de Medicina emitido em Pernambuco. Em relação ao registro de Corrêa, o Cremepe não concedeu informações.

Assunto: MPPE quer cassação dos dez vereadores presos	
Veículo: JC Online	Data: 24/12/2013
Editoria:	Seção:

## jornal do commercio

### **MPPE quer cassação dos dez vereadores presos**

*Promotora Bianca Stella Barroso recomenda que Câmara de Caruaru abra processo de cassação contra vereadores presos. Justiça anula sessão que aprovou empréstimo à prefeitura*



O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) expediu, ontem, uma recomendação à Câmara de Caruaru sugerindo a abertura de um processo de cassação dos dez vereadores presos durante operação da Polícia Civil, na semana passada. Eles são suspeitos de cobrarem propina ao prefeito José Queiroz (PDT), no valor de R\$ 2 milhões, para aprovar matérias na Casa. O MPPE também ingressou com uma ação cautelar de improbidade administrativa contra o grupo.

Ainda ontem, o juiz da Vara Pública do município, José Fernando Souza, deferiu uma liminar que anula a sessão legislativa que aprovou um pedido de empréstimo da prefeitura à Caixa Econômica Federal.

Na sessão, os vereadores aprovaram um projeto de lei que permite à Prefeitura de Caruaru contratar um financiamento, no valor de R\$ 250 milhões, para implantar o sistema BRT (Bus Rapid Transit) na cidade. Com a decisão da Justiça, o empréstimo fica suspenso e deverá ser apreciado pelos vereadores empossados na última sexta-feira (20).

Segundo a promotora do Patrimônio Público de Caruaru, Bianca Stella Barroso, cabe à Câmara decidir se abre o processo de cassação ou não contra os vereadores presos. A notificação foi entregue ao presidente da Casa, o vereador Leonardo Chaves (PSD).

“A recomendação é no sentido de a Câmara deflagrar o processo de cassação, seguindo as normas do regimento interno. Cabe ao presidente da Casa decidir, já que a Casa tem autonomia”, justificou a promotora.

Sobre o pedido de anulação deferido pela Justiça, a promotora informou que a sessão legislativa estaria “viciada” em virtude dos interesses dos vereadores investigados.

“Existia o vício na vontade e o desvio de função. Eles aprovaram o empréstimo, mas não temos como dissociar se essa decisão foi tomada de acordo com a função pública ou guiada pelos interesses pessoais”, cravou a promotora Bianca Stella Barroso. “Há o vício, seja pela retaliação ou na perspectiva de ganho”, acrescentou.

## **NOVAS OUVIDAS**

Ontem, mais três vereadores foram convocados pela polícia para prestar esclarecimentos. Foram ouvidos Edmílson do Salgado (PCdoB), Romildo Oscar (PTN) e Heleno do Inocoop (PRTB). Segundo o procurador da Câmara de Caruaru, todos os 13 vereadores da Casa que não estão presos já foram ouvidos pelo delegado Eric Lessa, responsável pelo inquérito.

Assunto: Vereadores soltos vão tentar reaver mandatos em Caruaru	
Veículo: JC Online	Data: 24/12/2013
Editoria:	Seção:

## jornal do commercio

### Vereadores soltos vão tentar reaver mandatos em Caruaru

*Oito dos dez políticos acusados de extorsão conseguiram habeas corpus no TJPE*



Presos durante a Operação Ponto Final da Polícia Civil sob a acusação de cobrar propina e vantagens para aprovar projetos na Câmara Municipal de Caruaru, seis dos dez vereadores liberados terça (24), após o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) conceder habeas corpus, vão recorrer na Justiça para reaver os mandatos, assumidos pelos suplentes, na semana passada, e derrubar a decisão de afastamento emitida pelas Varas cível e criminal. Assim que o Judiciário voltar do recesso, no dia 2 de janeiro, informou o advogado de defesa dos seis legisladores, Mavial Peixoto, os procedimentos serão tomados.

Além da decisão da Vara criminal de determinar o afastamento dos dez vereadores envolvidos no processo, fazendo com que os suplentes assumissem os mandatos, o juiz da Vara da Fazenda Pública de Caruaru, José Fernando de Souza, acatou ação do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) pedindo a suspensão por 180 dias das atividades parlamentares dos mesmos vereadores.

Na tarde da segunda-feira (23), o desembargador Gustavo Lima, concedeu habeas corpus para oito dos dez vereadores de Caruaru. Receberam autorização sair da cadeia os vereadores governistas Sivaldo Oliveira (PP), Cecílio Pedro (PTB), Val das Rendeiras (PROS) e cinco da oposição – Val (DEM), Louro do Juá (SDD), Jajá (PPS), Neto (PMN) e Evandro Silva (PMDB). A defesa de Eduardo Cantarelli (SDD) e Pastor Jadiel (PROS) tenta estender o benefício de relaxamento da prisão para seus clientes.

Assunto: TJPE libera os dois últimos vereadores de Caruaru que permaneciam presos	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 27/12/2013
Editoria:	Seção:

**DIÁRIO**dePERNAMBUCO  
.com.br

## TJPE libera os dois últimos vereadores de Caruaru que permaneciam presos



Os dez vereadores presos em Caruaru, no Agreste pernambucano, durante a Operação Ponto Final, agora estão em liberdade. Os dois últimos que permaneciam presos até às 22h desta quinta-feira (26), Eduardo Cantarelli (SDD) e Jadiel Nascimento (PROS), foram liberados pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) através de habeas corpus emitidos no fim da tarde de ontem (26) no Recife. Depois de oito dias, os parlamentares saíram acompanhados por seus advogados, amigos, assessores e familiares. É esperado para a tarde desta sexta-feira (27) a divulgação do resultado em uma coletiva com o delegado Erick Lessa, responsável pelo caso. A informação é do blog Vanguarda.

Depois de serem liberados da Penitenciária Juiz Plácido de Souza, em Caruaru, Jadiel foi o único a falar com a imprensa. Segundo o vereador, ele ficou emocionado com a receptividade da população. "Já imaginava esse calor humano. Quero agradecer a imprensa, a minha advogada e as pessoas que estão aqui por tudo. E, dizer que confio no Deus que sirvo", disse. De acordo com o advogado Saulo Amazonas, representante de Cantarelli, o vereador não foi solto nesta quarta (25), como era esperado, porque não houve tempo hábil para que o desembargador apreciasse o pedido de habeas corpus.

### Saiba mais

Os vereadores foram detidos no último dia 18. No início desta semana, seis deles conseguiram liberdade mediante uma liminar e passaram a noite de Natal em casa. No dia seguinte, outros dois saíram da prisão e, ontem, mais dois foram liberados. Todos haviam sido afastados do cargo por determinação judicial e o Ministério Público



recomendou a cassação dos mandatos. Os suplentes assumiram um dia antes de a Câmara iniciar o recesso. Advogados do grupo, porém, adiantaram que irão lutar para reaver as cadeiras. “Essa situação gera, no mínimo, uma insegurança jurídica. Os suplentes podem sair a qualquer momento e como fica o que eles votaram?”, disse o advogado de três dos acusados, Marcílio Cumarú.

Os dez presos durante a operação foram liberados gradativamente. Na terça-feira foram Louro do Juá (DEM), Jajá (PPS), Val das Rendeiras (Pros), Neto (PMN), Sivaldo Oliveira (PP) e Evandro Silva (PMDB). Na quarta, foram Cecílio Pedro (PTB) e Val (DEM). Por último, na noite desta sexta-feira, Eduardo Cantarelli (SDD) e Jádriel Nascimento (PROS) completaram a lista.

Assunto: Pedido de transferência de Pedro Corrêa para Jataúba foi indeferido	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 27/12/2013
Editoria:	Seção:

**DIÁRIO** de PERNAMBUCO  
.com.br



### **Pedido de transferência de Pedro Corrêa para Jataúba foi indeferido**

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, indeferiu o pedido de transferência do ex-deputado Pedro Corrêa, condenado no processo do mensalão, a cumprir pena na cadeia pública do município de Jataúba, no Agreste do estado. Dessa forma, o ministro não atendeu o pedido da defesa do ex-parlamentar, que gostaria de ficar mais próximo à família. Corrêa deve cumprir pena de sete anos e dois meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro em regime semiaberto. Além do pernambucano, aguarda a transferência o ex-deputado Pedro Henry.

O advogado de Pedro Corrêa, Marcelo Leal, confirmou o indeferimento e disse que há uma

possibilidade de que a transferência do ex-deputado para o Recife seja feita na próxima segunda-feira (30). O Ministério da Justiça informou que a transferência ainda não foi realizada por falta de vagas em voos comerciais.

O juiz da Primeira Vara de Execuções Penais de Pernambuco, Luiz Gomes da Rocha Neto, recebeu a delegação de competência do STF para tratar do processo de Pedro Corrêa no estado na semana passada. No entanto, ele não recebeu ainda a documentação do processo e nem a carta precatória. É ele que deverá decidir onde o ex-deputado cumprirá a pena no estado. O juiz já afirmou que uma cadeia pública não é o local adequado para o cumprimento de pena. "Cadeia pública é lugar para preso provisório, o que não é o caso do reeducando", afirmou em entrevista por telefone ao Diário.

No estado, existem quatro penitenciárias com capacidade para receber detentos em regime semiaberto. Elas estão localizadas nos municípios de Itamaracá, Canhotinho (Agreste), Salgueiro e Petrolina, ambas no Sertão. Segundo Luiz Gomes da Rocha Neto, ele só poderá definir o local para o cumprimento da pena após a transferência de Pedro Corrêa e ter a documentação em mãos. "A minha vara tem mais de 15 mil processos. Este será mais um", comentou o juiz.

Ainda de acordo com Luiz Gomes da Rocha Neto, ao chegar ao estado, Pedro Corrêa poderá ser encaminhado para o Centro de Observação e Triagem Professor Everardo Luna (Cotel), onde permanecerá enquanto seu processo é analisado.

Assunto: Vereadores presos por cobrança de propina na expectativa por passar o Natal em casa	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 27/12/2013
Editoria:	Seção:

**DIARIO**de**PERNAMBUCO**  
.com.br

**Vereadores presos por cobrança de propina na expectativa por passar o Natal em casa**

Advogados dos 10 vereadores presos em Caruaru, no Agreste do estado, por cobrança de propina para aprovação de projetos de lei aguardam o início do plantão no Tribunal de Justiça (TJPE), às 12h, para ter acesso à decisão sobre os pedidos de soltura. O grupo está preso há quase uma semana e espera resposta a um pedido de liminar de habeas corpus. Caso a decisão seja favorável, eles passarão o Natal em casa.

O desembargador responsável pelo caso, Gustavo Lima, concluiu ainda na segunda-feira (23) parte das decisões. Entretanto, como o Judiciário entrou em recesso às 14h, não houve tempo hábil para repassá-las à defesa e, apesar de elas estarem indicadas no sistema do Tribunal, não foi informado quantas liminares foram concedidas nem a quais vereadores.

Assunto: Juiz decide suspender por 180 dias atividades dos vereadores presos	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 24/12/2013
Editoria:	Seção:



### **Juiz decide suspender por 180 dias atividades dos vereadores presos**

*Segundo assessoria, parlamentares ainda poderão recorrer da decisão.*

*Alguns vereadores receberam habeas corpus e podem ser soltos nesta terça.*

O juiz José Fernando Santos de Souza, da Vara da Fazenda Pública de Caruaru, no Agreste de Pernambuco, determinou por 180 dias a suspensão das atividades dos vereadores Jadiel Nascimento (PROS), Sivaldo Oliveira (PP), Val das Rendeiras (PROS), Cecílio Pedro (PTB), Val (DEM), Louro do Juá (DEM), Eduardo Cantarelli (PS), Neto (PMN), Evandro Silva (PMDB) e Jajá (PPS), presos na última quarta-feira (18), durante a operação "Ponto Final" da Polícia Civil.

A informação foi confirmada pela assessoria da Comarca de Caruaru. Segundo o assessor, Bruno Chagas, a decisão já está valendo. "Eles ainda podem recorrer da decisão, mas enquanto não fazem isso, fica valendo o que foi determinado pelo juiz. Até mesmo se eles chegarem a recorrer pode ser que a determinação não seja modificada". A assessoria não soube informar quando a determinação saiu, nem se os parlamentares receberão alguma remuneração durante a suspensão.

### **Expectativa para deixar prisão**

Alguns dos vereadores presos podem ser soltos ainda nesta terça-feira (24). A informação foi repassada pelo advogado Saulo Amazonas, que representa os vereadores Louro do Juá (DEM), Evandro Silva (PMDB) e Eduardo Cantarelli (PS).

Segundo ele, o desembargador Gustavo Lima, do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), analisou na segunda-feira (23) o pedido de habeas corpus enviado na última quinta (19) e concedeu liminar para que os três parlamentares saiam da penitenciária e respondam o processo em liberdade. "Só estamos esperando o alvará de soltura, que deve chegar a qualquer momento. O desembargador analisou o processo antes de sair de recesso e enviou a decisão para o plantão do Tribunal, para que eles cumpram a ordem", afirma.

O G1 entrou em contato com o plantão do TJPE, que informou que, como o processo corre em segredo de justiça, nada pode ser repassado à imprensa. Até o momento, não há confirmação de quantos parlamentares receberão a liberdade provisória. Os dez vereadores estão presos há sete dias na Penitenciária Juiz Plácido de Souza (PJPS).

Com a notícia da possível liberação dos parlamentares, famílias, amigos e políticos já começaram a chegar em frente à penitenciária e aguardam a saída dos vereadores.

De acordo com o advogado Roberto Vasconcelos, os vereadores Cecílio Pedro (PTB) e Val (DEM), receberam o habeas corpus, mas não devem sair da penitenciária nesta terça porque não conseguiram pagar a fiança de R\$ 50 mil por porte ilegal de armas.

### **Vereadores depõem**

Os outros dez vereadores de Caruaru que ainda não haviam prestado depoimento foram ouvidos pela Polícia Civil na última sexta-feira (20) e nesta segunda (23). De acordo com o gestor operacional do Interior I e presidente da investigação, Erick Lessa, foram ouvidos os parlamentares Leonardo Chaves (PSD), Ricardo Liberato (PSC), Demóstenes Veras (PTB), Lula Torres (PR), Zé Ailton (PDT), Marcelo Gomes (PSB),

Rosael (PMN), Heleno do Inocoop (PRTB), Romildo Oscar (PTN) e Edmilson do Salgado (PCdoB).

Ainda segundo ele, os vereadores foram intimados para depor na condição de testemunhas, diferente dos outros três ouvidos na última quarta-feira (18), por meio de mandado de condução coercitiva. Lessa não divulgou o que foi dito pelos parlamentares durante os depoimentos.

#### **Prefeito fala sobre denúncias** □ □

O prefeito de Caruaru, José Queiroz, concedeu entrevista ao ABTV 2ª Edição e falou sobre as denúncias de corrupção que motivaram a prisão dos dez vereadores. De acordo com Queiroz, a prefeitura só irá se pronunciar depois da conclusão do inquérito policial. [veja vídeo ao lado] □ □

Quanto a suposta tentativa de extorsão por parte dos parlamentares, o prefeito disse que o projeto BRT havia sido reprovado anteriormente. “Nós tínhamos esse projeto tramitando na Câmara de Vereadores. Conforme palavras ditas e pronunciadas pelo delegado Erick Lessa, os vereadores que ele aponta como envolvidos, estariam tentando tirar vantagem para aprovação do BRT. Eu quero lembrar a Caruaru que esse projeto tramitou inicialmente na Câmara nos meses de junho, julho, agosto e setembro e nós tivemos que retirá-lo porque não foi aprovado. O projeto voltou à Câmara em dezembro, e coincidentemente, foi aprovado pelos 17 vereadores da base terça-feira”.

#### **Entenda o caso**

Os vereadores Jadiel Nascimento (PROS), Sivaldo Oliveira (PP), Val das Rendeiras (PROS), Cecílio Pedro (PTB), Val (DEM), Louro do Juá (DEM), Eduardo Cantarelli (PS), Neto (PMN), Evandro Silva (PMDB) e Jajá (PPS) foram presos na última quarta durante uma operação da Polícia Civil.

Segundo o delegado responsável pelas investigações, Salustiano Albuquerque, eles estavam exigindo vantagens indevidas da prefeitura para votar determinados projetos do Executivo.

Foram cumpridos dez mandados de prisão preventiva, quatro mandados de condução coercitiva para ouvir três vereadores e um secretário adjunto do município e ainda 13 mandados de busca e apreensão domiciliar. Os mandados foram expedidos pelo juiz Francisco de Assis Júnior, da 4ª Vara Criminal de Caruaru, e todos foram cumpridos.

Participaram da operação 120 policiais civis, entre delegados, agentes e escrivães. A ação foi coordenada pela Chefia da Polícia Civil. As investigações foram efetuadas pela Gerência de Controle Operacional do Interior I.

Por causa da prisão dos vereadores, os suplentes dos parlamentares tomaram posse na última quinta-feira (19). Nove dos dez suplentes assumiram as vagas: Jaécio Tenório (PRB), Carlos Santos (PRB), Rodrigues da Ceaca (PPS), Joel da Gráfica (DEM), Duda do Vassoural (DEM), Rosemary da Apodec (DEM), Nino do Rap (DEM), Carlinhos da Ceaca (PPS) e Tenente Tiburcio (PMN).

Durante uma coletiva também na quinta, no Recife, o chefe geral da Polícia Civil, Oswaldo Moraes, divulgou o balanço da investigação. Moraes explicou que foi por meio de escutas telefônicas e vídeos que se registraram as supostas negociações. “O crime é de corrupção ativa, quer dizer que os vereadores estavam exigindo do Poder Executivo municipal que liberasse propinas para que houvesse a aprovação de projetos. Enquanto isso não acontecesse, nenhum projeto seria aprovado. Ou seja, a Câmara parou de funcionar e os projetos da Prefeitura não seriam aprovados se não houvesse pagamento de propina”, esclarece. □ □ □ □

As investigações vêm ocorrendo há seis meses e devem acabar em dez dias. O chefe da polícia não descarta a possibilidade de outras pessoas serem indiciadas. “As investigações ainda estão sendo feitas, é possível que haja outras pessoas indiciadas. [...] Muitas pessoas estão sendo investigadas”, conta. De acordo com ele, o grupo iria dividir R\$ 2 milhões em troca da aprovação do projeto de mobilidade urbana.

Assunto: Comércio e serviços fechados no primeiro dia do ano	
Veículo: NE10	Data: 27/12/2013
Editoria:	Seção:



### **Comércio e serviços fechados no primeiro dia de 2014 no Recife**

O dia 31 de dezembro é reservado ao clima de festas e preparação para o ano que se aproxima. Já o dia 1º de janeiro de 2014 é tempo de descansar e se preparar para o novo ciclo que se inicia. Neste primeiro dia do ano novo, bancos, comércio, mercados públicos, feiras livres, correios e outros estabelecimentos estarão fechados.

**BANCOS** - Como as agências bancárias de todo o País fecham no último dia de 2013 e no primeiro de 2014, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) orienta os clientes a usar os serviços alternativos, como os caixas eletrônicos, internet banking ou mobile banking.

**COMÉRCIO DO CENTRO** - O Comércio do Centro do Recife e dos bairros funcionará das 8h às 18h no dia 31 de dezembro. No dia 1º de janeiro, as lojas estarão fechadas.

**MERCADOS PÚBLICOS E FEIRAS LIVRES** - Os Mercados públicos e feiras do Recife funcionam em horário especial nos últimos dias do ano. Na terça-feira, 31 de dezembro, abrem das 6h às 13h. No dia 1º de janeiro, não haverá expediente.

**CORREIOS** - No dia 31 de dezembro, as unidades seguirão o mesmo horário (até as 12h). No dia 1º de janeiro de 2014, todas as agências estarão fechadas.

**DETRAN-PE** - Todas as unidades do Detran-PE fecharão no dia 31 de dezembro de 2013 e 1º de janeiro de 2014.

**EXPRESSO CIDADÃO** - Todas as unidades do Expresso Cidadão estarão fechadas na terça (31) e quarta (1º).

**JUDICIÁRIO** - Desde essa terça (24), que o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) está atuando em regime de plantão. Até a quarta (1º), os plantões cível e criminal de 1º Grau serão realizados no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra, área central do Recife, das 13h às 17h. Já os plantões cíveis e criminais de 2º Grau acontecerão no Palácio da Justiça, no bairro de Santo Antônio, das 13h às 17h. O expediente no judiciário volta ao normal no dia 2 de janeiro.

**SAÚDE** - Nos dias 31 de dezembro e 1º de janeiro, os ambulatórios da rede estadual de saúde não funcionarão. As emergências funcionarão normalmente. Na rede municipal do Recife, os serviços de urgência e emergência funcionarão normalmente em todas as policlínicas e maternidades nos dois dias. Já as Unidades de Saúde da Família (USF) não terão expediente nestes dias. O serviço de antirrábica da Unidade Lessa de Andrade funcionará das 8h às 12h no dia 1º. O Centro de Vigilância Ambiental (CVA) e o Centro de informações Estratégicas de Vigilância em Saúde (CIEVS) funcionarão normalmente. A Upinha Dia Bongi-Novo Prado fechará nos dois dias.

**SUPERMERCADOS** - Os supermercados abrem as portas normalmente na terça-feira (31). Já no dia 1º de janeiro de 2014, não haverá expediente.

**TRANSPORTE PÚBLICO** - Doze ônibus especiais e um aumento de 50% na frota de táxis são as opções apresentadas pela Prefeitura do Recife para tentar diminuir os transtornos de quem pretende passar o Réveillon na praia de Boa Viagem, na Zona Sul da cidade. Confira na matéria do JC Trânsito.

**SHOPPINGS** - Os Shoppings Boa Vista, Paço Alfândega e Tacaruna, na área central do Recife, abrem as portas das 9h às 18h no dia 31 de dezembro. Já no dia 1º de janeiro de 2014, o Paço Alfândega fecha. As lojas do Boa Vista também estarão fechadas, enquanto o Game Station abre das 11h às 19h. As operações de alimentação terão ponto facultativo e podem abrir das 11h às 19h. No dia 1º, apenas as operações de alimentação e lazer do Shopping Tacaruna funcionarão, das 12h às 21h.

O Plaza Shopping, na Zona Norte, também funcionará das 9h às 18h no dia 31 de dezembro. No dia 1º de janeiro, as lojas não terão expediente, enquanto as operações de alimentação e lazer terão ponto facultativo e podem abrir das 12h às 21h.

O RioMar Shopping abrirá as portas das 9h às 19h na terça (31). O Shopping Recife funcionará das 10h às 18h no dia 31 de dezembro. O Shopping Guararapes funcionará das 9h às 18h no último dia de 2013. Já no dia 1º de janeiro de 2014, as lojas não terão expediente nos três shoppings da Zona Sul da cidade e as operações de alimentação e lazer terão ponto facultativo. No RioMar, alimentação e lazer podem abrir das 12h às 22h.

**CINEMAS** - Os cinemas do Grande Recife funcionam em horário especial nestas terça (31) e quarta-feiras (1º). A programação completa está disponível no canal Cultura do NE10.



Assunto: Juiz decide até terça-feira para qual presídio Corrêa será transferido	
Veículo: JC Online	Data: 06/01/2014
Editoria:	Seção:

## jornal do commercio

### MENSALÃO

#### Juiz decide até terça-feira para qual presídio Corrêa será transferido

Juiz da 1ª Vara de Execuções Penais, Luiz da Rocha, confirmou que vai indicar para penitenciária o mensaleiro vai ser transferido, se caso a defesa do ex-deputado não se manifeste

O ex-deputado federal Pedro Corrêa, condenado no julgamento do mensalão, está com os dias de prisão contados no Centro Operação e Triagem Professor Everardo Luna (Cotel), em Abreu e Lima, Região Metropolitana do Recife. O juiz da 1ª Vara de Execuções Penais, Luiz Gomes da Rocha Neto, confirmou que decide até, no máximo, terça-feira (7) – coincidentemente a data de aniversário de Correa – qual a penitenciária onde o reeducando cumprirá a pena de sete anos e dois meses por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

“No mais tardar na terça, pois não tem mais cabimento ele estar no Cotel. Acontecerá com ou sem pedido da parte do reeducando”, afirmou o magistrado. O novo advogado de Pedro Correa, Plínio Nunes, que assumiu o caso na última sexta-feira (3), só pode protocolar pedido de transferência a partir de hoje. “Essa não é uma matéria de plantão, por isso, não poderia ter acontecido no final de semana”, explicou o juiz Luiz Rocha.

Pedro Corrêa permanece detido no Cotel desde o dia 28 de dezembro, quando foi transferido do Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília, para o Recife. Apenas três penitenciárias em Pernambuco recebem presos em regime semiaberto: a cadeia pública de Jataúba, que já teve o pedido indeferido pelo STF, Canhotinho e de Itamaracá.

Assunto: TJPE avalia juíza que autorizou adoção supostamente ilegal a casal estrangeiro

Veículo: diariodepernambuco.com.br

Data: 06/01/2014

Editoria:

Seção:

**DIARIO** de **PERNAMBUCO**  
.com.br

OLINDA »

## TJPE avalia juíza que autorizou adoção supostamente ilegal a casal estrangeiro



Corte do TJPE decidirá se abrirá ou não Processo Administrativo Disciplinar contra a magistrada Andréa Calado

Assunto: TJPE avalia juíza que autorizou adoção supostamente ilegal a casal estrangeiro	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 06/01/2014
Editoria:	Seção:



## **TJPE avalia conduta de juíza que autorizou adoção supostamente irregular**

*Corte do TJPE decidirá se abrirá ou não Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra Andréa Calado*

O destino da juíza titular da Vara da Infância e Juventude de Olinda, Andréa Calado, poderá ser selado a partir das 14h de hoje pela Corte do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Investigada em um processo de adoção irregular de uma menina para um casal que mora nos Estados Unidos, a magistrada poderá sofrer sanções caso o TJPE decida instaurar um Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD).

A abertura do PAD será analisada por 15 desembargadores. O pedido de análise foi encaminhado pelo corregedor-geral Frederico Neves, responsável pela investigação do caso e, se for acatado pelo pleno, poderá punir a juíza com sanções. Ela atua na Vara da Infância e Juventude de Olinda há cerca de um ano.

Andréa Calado é acusada de conceder a guarda provisória a um casal, uma esteticista carioca e um piloto norte-americano, que não estava inscrito no Cadastro Nacional de Adoção, conforme determina a lei brasileira. A denúncia, feita com exclusividade pelo Diário de Pernambuco, em agosto do ano passado, apontou que o casal foi beneficiado pela magistrada passando na frente de outros 37 que estavam na lista de espera.

Além disso, novos supostos equívocos em outro processo de adoção, considerados tão graves quanto o anterior, colocam novamente em xeque as decisões da juíza Andréa Calado.

A nova promotora da Infância e Juventude de Olinda, Márcia Balazeiro, que assumiu em novembro de 2013, encaminhou à corte um agravo de instrumento pedindo a revogação no processo de adoção de duas irmãs, uma de 10 anos e outra de 3 anos, para um casal que mora em São Paulo.

As irmãs teriam sido adotadas por uma família de Jundiá (SP). Cerca de um mês após a concessão da guarda, o casal resolveu desistir da irmã mais velha. A juíza aceitou. Essa prática, considerada excepcional, é autorizada apenas nos casos de comprovada existência de risco de abuso. Diante do caso, a promotora Márcia Balazeiro encaminhou à Corte do TJPE um agravo de instrumento solicitando a revogação da guarda da menina que continua com o casal, além de pedir autorização para que elas sejam novamente colocadas à adoção para casais interessados nas duas.

Assunto: **Acusados de corrupção, vereadores presos em operação conseguem liberdade provisória**

Veículo: folhpe.com.br

Data: 24/12/2013

Editoria:

Seção:



## **Acusados de corrupção, vereadores presos em operação conseguem liberdade provisória**

Câmara de Vereadores de Caruaru ainda não foi notificada sobre a soltura dos políticos



VAL DAS RENDEIRAS - PRTB



CECILIO PEDRO - PTB



EDUARDO CANTARELLI - PSDB



EVANDRO SILVA - PMDB



JOSEVAL VAL - DEM



SIVALDO OLIVEIRA - PP



NETO - PMN



LOURO DO JUÁ - DEM



JAJÁ - PPS



JADIEL DO NASCIMENTO - PRTB

Oito dos dez vereadores de Caruaru presos na Operação Ponto Final, da Polícia Civil, conseguiram a liberdade provisória nesta terça-feira (24), véspera de Natal. Advogados dos políticos enviaram o habeas corpus para o plantão do Tribunal de Justiça, que deferiu o pedido. Até o fim da tarde, os únicos que ainda não haviam conseguido a liberdade eram Jadiel Nascimento (PROS) e Eduardo Cantarelli (OS). No entanto, segundo informações da Secretaria Jurídica da Câmara de Vereadores, ambos também aguardavam a expedição dos documentos para serem liberados da Penitenciária Juiz Plácido de Souza ainda hoje.

“Todos os dez vereadores presos na operação devem conseguir a liberação ainda nesta terça-feira”, informou o secretário Jurídico, Bruno Martins. Segundo ele, o juiz de plantão Pierre Souto Maior, da **2ª Vara Criminal de Caruaru**, já recebeu o e-mail do Tribunal de Justiça para que os alvarás de soltura de parte dos vereadores fossem expedidos. Outra notificação referente à liberação de Jadiel e Cantarelli ficou de ser encaminhada para o juiz de plantão ainda nesta terça.

Apesar da liberação dos suspeitos, Bruno Martins informou que a Câmara de Vereadores de Caruaru ainda não foi notificada sobre a soltura dos políticos. O

secretário Jurídico da casa disse que as informações sobre o deferimento do pedido de habeas corpus foram repassadas pelos advogados dos parlamentares, já que somente eles têm acesso ao processo, pois as investigações correm em sigilo judicial.

O legislativo municipal está em período de recesso e só retomará as atividades no dia 02 de janeiro. “Caso não haja nenhuma novidade jurídica e o desembargador que concedeu a liberdade provisória entenda que os vereadores não precisam ter os mandatos suspensos, os políticos estão aptos a reassumir os cargos”, explicou Bruno Martins.

A ordem de prisão dos vereadores partiu do juiz da 4ª Vara Criminal de Caruaru, Francisco Assis de Moraes Júnior. Os políticos são acusados de tentar obter vantagens indevidas para aprovar projetos do Executivo na Câmara Municipal. Entre os presos, Jadiel Nascimento (PROS), Sivaldo Oliveira (PP), Val das Rendeiras (PROS), Cecílio Pedro (PTB) são da base do governo, enquanto que Val (DEM), Louro do Juá (DEM), Eduardo Cantarelli (PS), Neto (PMN), Evandro Silva (PMDB) e Jajá (PPS) atuam no campo da oposição.

Segundo informações que constam no inquérito, os parlamentares exigiram do Executivo R\$ 2 milhões, que seriam rateados com a aprovação do empréstimo para a construção do BRT (Bus Rapid Transit) em Caruaru. A aprovação aconteceu na noite da última terça-feira e aprovada com 17 votos favoráveis. O empréstimo é de R\$ 250 milhões e será contraído junto ao BNDES.

Assunto: <b>Pedro Corrêa deve ser transferido para semi-aberto na próxima semana</b>	
Veículo: Blog do Jamildo	Data: 03/01/2014
Editoria:	Seção:



## **Pedro Corrêa deve ser transferido para semi-aberto na próxima semana**



Foto: Bobby Fabisak/ JC Imagem

Preso há uma semana no Centro de Triagem (Cotel), em Abreu e Lima, o ex-deputado federal Pedro Corrêa (PP), condenado no processo do mensalão a sete anos e dois meses de prisão, em regime semi-aberto pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, deve ser transferido segunda ou terça-feira da próxima semana para uma unidade prisional de regime semi-aberto.

Segundo o juiz titular da 1ª Vara Regional de Execução Penal, Luiz Rocha, um dos advogados do político esteve com ele na quinta-feira (2) e manifestou o interesse em transferir Pedro Corrêa para as unidades prisionais de Canhotinho ou Itamaracá, que são de regime semi-aberto. “Entre segunda e terça estarei decidindo o assunto, quer o advogado faça o pedido ou não. Se eles fizerem, eu vou apreciar. Mas ele não continuará no Cotel, porque irei decidir com a manifestação ou não dos advogados”, explicou o magistrado.

“Ele não terá uma lâmina de privilégio ou de prejuízo, vamos deferir a ele o mesmo que aplicamos a todos os reeducandos”, justificou o juiz, acrescentando que a única diferença é o fato do caso do político ter tido repercussão nacional.

Sobre as especulações acerca dos pedidos de emprego para Corrêa, o juiz explicou que não recebeu nada oficial, “tampouco recebi pedido para ele ser liberado no dia do aniversário”, esclareceu.

No entanto, Pedro Corrêa poderá trabalhar como médico, porque o caso não implica na cassação dos direitos profissionais.

Assunto: <b>Em nota oficial, PSDB e PPS reclamam de suposta fraude em licitação no Cabo</b>	
Veículo: Blog do Jamildo	Data: 03/01/2014
Editoria:	Seção:



## **Em nota oficial, PSDB e PPS reclamam de suposta fraude em licitação no Cabo**

### **NOTA À IMPRENSA**

A notícia de que o Tribunal de Contas do Estado ordenou ao prefeito do Cabo de Santo Agostinho, Vado da Farmácia, a suspensão de uma licitação milionária no valor de R\$ 8 milhões (publicada no Blog de Jamildo nesta quinta) só comprova o caos e a desordem em que se encontra a cidade. É fruto de um governo sem rumo e que pouco se preocupa com o interesse público.

No entanto, é preciso deixar claro que esse tipo de atuação e de total desrespeito com o bem público não é uma ação atual, tem origem lá trás, no governo do ex-prefeito Lula Cabral, do qual o atual prefeito Vado da Farmácia fez parte, ocupando o cargo de vice-prefeito durante oito anos.

No governo de Lula Cabral também foram constatadas fraudes em várias licitações. Em novembro passado, o colegiado do **Tribunal de Justiça de Pernambuco** decidiu, por unanimidade, manter o bloqueio dos bens do ex-prefeito Lula Cabral e das integrantes da Comissão Permanente de Licitação Eliana Ferreira Soares e Ana Cláudia Cavalcanti.

Cabral e as duas funcionárias são acusados de improbidade administrativa pelo Ministério Público de Pernambuco. O inquérito civil, aberto em 2007, investiga o envolvimento dos mesmos na fraude de uma licitação para favorecer a sobrinha do ex-prefeito e filha do deputado estadual Everaldo Cabral, Érika Islândia Silva Oliveira. De acordo com os promotores, a empresa da sobrinha de Lula Cabral foi escolhida numa concorrência para a contratação de carros-pipas. Há, ainda, o caso das gráficas no qual o MPPE mostrou que houve conluio e direcionamento.

Em maio passado, o TCE condenou a ex-secretária de Educação do Cabo, Gildineide S. Fialho de Moraes. Ela foi condenada a ressarcir aos cofres municipais a quantia de R\$ 3.715.416,00. Esse débito, - segundo o relator do processo (Nº 1202665-7), o conselheiro Marcos Loreto -, é relativo ao superfaturamento das coleções de livros adquiridos em 2011.

O prefeito Vado da Farmácia e o ex-prefeito Lula Cabral podem até ter alguma diferença no atual momento, no entanto, criatura e criador são iguais no conteúdo e, igualmente, responsáveis pela atual situação em que o município se encontra.

Atenciosamente,  
PSDB Cabo de Santo Agostinho  
PPS Cabo de Santo Agostinho

Assunto: <b>TJPE avalia abertura de processo administrativo contra juíza acusada de adoção irregular</b>	
Veículo: Blog do Jamildo	Data: 06/01/2014
Editoria:	Seção:



## **TJPE avalia abertura de processo administrativo contra juíza acusada de adoção irregular**



Promotora denunciou juíza. Foto: Arquivo/NE10

A **Corte do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE)** se reúne na tarde desta segunda-feira (6) para avaliar a abertura de um processo administrativo contra a juíza Andréa Calado da Cruz, da Vara da Infância e da Juventude de Olinda, acusada de favorecer um casal em um caso de adoção ocorrido no ano passado. A reunião está marcada para às 14h. Para abertura do processo administrativo, é necessário que pelo menos dez dos quinze desembargadores do TJPE decidam por esse encaminhamento, após avaliar o trabalho da Corregedoria. Caso o processo seja aberto, a punição máxima que a juíza pode receber é a aposentadoria compulsória. A medida a permitiria manter os rendimentos.

O caso foi denunciado pela procuradora Henriqueta de Belli no final de agosto de 2013. Segundo a acusação, a juíza teria agido irregularmente ao conceder a guarda de uma criança para um casal que morava nos Estados Unidos e que não constava no cadastro nacional de adoção. O casal ainda teria furado a fila sob a alegação de que se estava fazendo uma caridade pela menina, abandonada pela mãe no Hospital Tricentenário, em Olinda. Durante o processo de adoção, o casal teria batizado a criança com documentos falsos. Eles devolveram a menina em setembro e ela foi entregue a outros pais.

No início de setembro, a promotora ingressou com uma denúncia de tráfico de influência na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) contra a juíza, o presidente da Casa, Guilherme Uchoa (PDT) e a filha dele, Giovana Uchoa. Segundo a denúncia, Giovana teria interferido em favor da adoção. O deputado, que negou ter atuado para favorecer o casal na adoção da criança, chegou a abrir um processo contra três veículos de comunicação, dentre eles o Jornal do Commercio, para proibir a veiculação de matérias sobre o caso. Na época, a Comissão de Ética da Alepe decidiu engavetar a denúncia.



Assunto: <b>Cabo: oposição se pronuncia sobre provável fraude</b>	
Veículo: Blog da Folha	Data: 03/01/2014
Editoria:	Seção:



## **Cabo: oposição se pronuncia sobre provável fraude**

PPS e PSDB criticam gestão de Vado da Farmácia (foto) e do ex-aliado, Lula Cabral (Foto: Marina Mahmood)

O PSDB e o PPS do Cabo de Santo Agostinho divulgaram uma nota sobre a suspensão pelo Tribunal de Contas do Estado de uma licitação milionária no valor de R\$ 8 milhões no Cabo. “A suspensão de uma licitação milionária no valor de R\$ 8 milhões só comprova o caos e a desordem em que se encontra a cidade. É fruto de um governo sem rumo e que pouco se preocupa com o interesse público”, diz um dos trechos da nota.

Os dois partidos criticam não apenas o atual prefeito, Vado da Farmácia (PSB), mas também o ex-prefeito, Lula Cabral (PSB). “No governo de Lula Cabral também foram constatadas fraudes em várias licitações. Em novembro passado, o colegiado do Tribunal de Justiça de Pernambuco decidiu, por unanimidade, manter o bloqueio dos bens do ex-prefeito Lula Cabral e das integrantes da Comissão Permanente de Licitação Eliana Ferreira Soares e Ana Cláudia Cavalcanti”, prossegue a nota à Imprensa.

Segundo os opositores do Cabo, Cabral e as duas funcionárias são acusados de improbidade administrativa pelo Ministério Público de Pernambuco. O inquérito civil, aberto em 2007, investiga o envolvimento dos mesmos na fraude de uma licitação para favorecer a sobrinha do ex-prefeito e filha do deputado estadual Everaldo Cabral, Érika Islândia Silva Oliveira. Na ocasião, a empresa da sobrinha de Lula Cabral teria sido escolhida numa concorrência para a contratação de carros-pipas.

A oposição também acusa o atual governo e a ex-gestão de irregularidades na educação da cidade do Cabo. “Em maio passado, o TCE condenou a ex-secretária de Educação do Cabo, Gildineide S. Fialho de Moraes. Ela foi condenada a ressarcir aos cofres municipais a quantia de R\$ 3.715.416,00. Esse débito, – segundo o relator do processo (Nº 1202665-7), o conselheiro Marcos Loreto -, é relativo ao superfaturamento das coleções de livros adquiridos em 2011.”

A nota encerra com os membros do PPS e PSDB do Cabo colocando em pé de igualdade o desempenho do prefeito Vado da Farmácia e o ex-prefeito Lula Cabral, que atualmente estão rompidos politicamente. “Eles podem até ter alguma diferença no atual momento, no entanto, criatura e criador são iguais no conteúdo e, igualmente, responsáveis pela atual situação em que o município se encontra”, finalizou a nota.

Assunto: <b>Parabéns – desembargador Bartolomeu Bueno</b>	
Veículo: Blog de Fernando Machado	Data: 05/01/2014
Editoria:	Seção:



## Parabéns



O desembargador Bartolomeu Bueno (Foto: Cortesia)

Assunto: <b>De volta para o passado – desembargador Mauro Alencar</b>	
Veículo: Blog de Fernando Machado	Data: 04/01/2014
Editoria:	Seção:



## De volta para o passado



Há 24 anos, se casavam na Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, nos Montes Guararapes, Claudia Domingues e Mauro Alencar.